



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

***HISTÓRIA ECONÔMICA &
HISTÓRIA DE EMPRESAS EM
DEBATE***

BOLETIM DE RESENHAS

Número 1

1º semestre de 2015

**HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS
EM DEBATE**

Apresentamos o novo boletim da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE, “*História Econômica & História de Empresas em Debate*”. Com o Boletim de Resenhas da ABPHE pretende-se colocar em discussão os artigos publicados nos últimos números da Revista *História Econômica & História de Empresas*, abrindo um espaço de comunicação entre os autores e os leitores interessados na temática para debater os resultados e as interpretações dos recentes resultados de pesquisas.

A estrutura do debate deve trazer um *release* do autor do artigo a ser debatido e uma resenha de seu comentador. O *release* será apresentado em no máximo 2 páginas, com uma síntese dos resultados da pesquisa. A resenha do artigo, por sua vez, deve ter no máximo 4 páginas, destacando as contribuições da pesquisa para a área como comentários dos resultados e das interpretações. Os autores que tiverem seus artigos comentados terão espaço reservado para responder as questões ou as críticas lançadas pelas resenhas nos boletins seguintes.

Para contribuir com o Boletim de Resenhas selecione um artigo que foi publicado nos últimos números da Revista *História Econômica e História de Empresas* no endereço <http://www.revistaabphe.uff.br/> e nos envie um e-mail para abphe1@gmail.com

Contribua com o boletim!

Diretoria da ABPHE.

Sumário

Artigo: Milena Fernandes de Oliveira. “Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915)”. *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 17, nº 1, 2014.

1. Release de Milena Fernandes de Oliveira 4
2. Resenha “Consumo e expansão industrial na cidade de São Paulo, 1890-1915” de Alexandre Macchione Saes 6

Artigo: Marco Antônio Brandão. Estratégias de mobilidade de imigrantes e seus descendentes por meio do setor coureiro-calçadista da cidade de Franca (SP): um diálogo com a literatura acadêmica. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 1, 2014.

3. Release de Marco Antônio Brandão 10
4. Resenha “Café, imigrantes e indústria no interior paulista: novas questões?” de Rodrigo Fontanari 12

Artigo: Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. “Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã”. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 1, 2014.

5. Release de Marcelo Durão Rodrigues da Cunha 16
6. Resenha “Conhecimento e ética em Schmoller: contribuições para um debate” de Luiz Felipe Bruzzi Curi 18

Artigo: Teresa Cristina de Novaes Marques. Eram os senhores de engenho caloteiros? Reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. *História econômica & história de empresas*. Vol. 17, nº 1, 2014.

7. Release de Teresa Cristina de Novaes Marques 22
8. Resenha “Crédito e propriedade no Brasil colonial: trajetórias e indagações” de Bruno Aidar Costa 24

Release

Milena Fernandes de Oliveira. Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915). *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 17, nº 1, 2014.¹

No dia 22 de maio de 1890, lia-se o seguinte anúncio à página 4 do jornal *O Estado de São Paulo*:

“Todas as pessoas que desejarem vestir-se com elegância, perfeição e apurado gosto, queiram ter a bondade de dirigir-se a este bem montado estabelecimento, que não só encontrarão dois peritos mestres profissionais, com longa prática, assim como um grande e lindo sortimento de fazendas francesas dos mais lindos e apurados gostos e de superiores qualidades”.

Era um anúncio colocado pelo *Chic Americano*, alfaiataria americana localizada à Rua São Bento, número 58. Nessa mesma página, logo abaixo, lê-se:

“Cia de Fiação e Tecidos Anhaia Fabril (...) panos de algodão grosso para sacos para sal, lençóis para colheita de café, lençóis para cama até das mais largas, toalhas para mesas de qualquer largura ou comprimento, sacos para cereais, café, açúcar, farinha, etc...”.

Os dois anúncios expressam o processo de diversificação dos fornecedores de produtos de consumo na cidade de São Paulo, e que caminhava, pelo menos, em duas direções: o do atendimento a uma camada privilegiada, de “apurado gosto”, e o atendimento a um mercado mais amplo, composto tanto pelos produtores agrícolas, mas pela indústria de beneficiamento e, muito provavelmente, pelo operariado da indústria paulista.

O objetivo do artigo “Cultura de consumo e indústria na São Paulo da Belle Époque (1890-1914)” é o de mostrar algumas possibilidades abertas à industrialização paulista e, nesse sentido, contribuir para a compreensão das especificidades envolvidas na constituição do capitalismo brasileiro. A ideia é a de entender a lógica existente por trás dos mercados consumidores (tanto os existentes entre indústrias, quanto os que envolvem o consumo pessoal), para, então, discutir a lógica da industrialização primário-exportadora com mais propriedade e de maneira menos anacrônica.

O meados do século XIX encerra uma série de transformações – o fim do tráfico negreiro, a Lei de Terras de 1850, o final do período regencial – que abriram espaço ao avanço da cafeicultura paulista. Muito se discutiu sobre a incipiente base industrial que foi conformada junto à cafeicultura, mas pouco dos seus determinantes para além da base agrícola. Afinal, também é verdadeiro que se assiste a um processo de urbanização a partir do qual a dinâmica entre as classes sociais é radicalmente modificada. Uma é a dinâmica entre as classes enquanto o escravo é a principal propriedade; outra, a dinâmica quando essa forma de propriedade é abolida. Com transição do trabalho escravo ao livre, o consumo passou a ser, em meio urbano, um dos principais

¹ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=255>

instrumentos de afirmação de posições sociais conquistadas. As vestimentas portadas, as formas de habitar e os lugares frequentados tornaram-se poderosos diferenciadores sociais.

A análise do consumo como um processo de diferenciação e generalização entre as classes, como um processo de destruição e reformulação de hierarquias, também deve ser considerado no estudo do processo de industrialização. Falamos aqui em processo, porque, para nós, a industrialização está para além da dimensão técnica e se abarca uma dimensão social, que deve, de alguma maneira, reportar-se à dinâmica de consumo em seus diferentes contextos históricos e sociais. No caso paulistano, é muitas vezes a própria casa importadora, cujos exemplos citamos no artigo, que iniciava uma pequena fábrica interna de algum produto que certamente encontraria mercado. Não raro, o importador adaptava os produtos ao mercado, como no caso de luvas, chapéus e pianos. Outras vezes, é mesmo na agricultura que a origem da indústria pode ser mapeada, como é o caso da Anhaia Fabril, que instalaria sua primeira fábrica em 1896.

O importante é entender as numerosas possibilidades que compõem o processo de industrialização, atentando para as que são específicas da formação do capitalismo periférico. Neste, além da relação entre manufatura e agricultura, das manufaturas entre si, é importante chamar a atenção de como a incipiente base industrial se relaciona com a formação de uma cultura de consumo especificamente periférico. Devido à nova dinâmica urbana de classes, na qual se confrontam, por exemplo, os velhos ricos da cafeicultura e os novos ricos do comércio urbano, o consumo surge como forma de constituição de monopólios sociais, de afirmação de hegemônias e de consolidação de posições atingidas. Dentro da dinâmica de cultura de consumo periférica (que, de um ponto de vista lógico, é o momento que precede a sociedade de consumo), os produtos importados conferem alto status social e, dessa forma, a passagem da importação para a produção interna, incluindo as falsificações e imitações, é uma dimensão importante do processo de industrialização à periferia do sistema capitalista.

Milena Fernandes de Oliveira

Professora do Instituto de Economia da UNICAMP.

Email: milena.foliveira@gmail.com

Resenha

Consumo e expansão industrial na cidade de São Paulo, 1890-1915

Alexandre Macchione Saes

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP.

“A vida urbana alterou o cotidiano, criou novas necessidades e construiu novos gostos. O consumo passou a ser uma esfera de construção das distinções sociais, sendo a principal fonte de diferenciação a adoção aos padrões importados (Oliveira, 2014, p.179). É com essa frase que Milena Fernandes de Oliveira inicia seu artigo “Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915)”, publicado no primeiro número de 2014 da Revista *História Econômica e História de Empresas*. O artigo indica um percurso particular para a análise do processo de construção do capitalismo brasileiro no início do século XX: uma análise que compreende o percurso de formação da economia da cidade de São Paulo por meio do padrão de consumo da elite cafeeira paulista.

O artigo é resultado da pesquisa apresentada por Milena como tese de Doutorado intitulada *Consumo e Cultura Material, São Paulo Belle Époque (1890-1915)*, tese defendida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2009, e publicada como livro pela Alameda Editora em 2014.² Ao escolher a dimensão do consumo como objeto de estudo para compreensão das transformações da sociedade paulista de transição do século XIX para o XX, a autora acabou por priorizar uma temática muito pouco explorada entre os historiadores econômicos. Todavia, a aproximação com a problemática da cultura material não promoveu um divórcio de sua pesquisa com os temas clássicos presentes nos estudos da história econômica brasileira. Isto é, o consumo tornar-se uma variável para dialogar com estudos sobre a trajetória da emergência da indústria no país, sobre a análise do processo de diferenciação ou de massificação social e sobre a dinâmica das classes sociais na sociedade paulista de início do século XX. Em suma, um objeto outrora desprezado pelos estudos entre historiadores econômicos, o consumo revela-se nas linhas de Milena um poderoso material para compreensão do capitalismo periférico.

O material primário que subsidia a redação do artigo já é revelador: se de um lado são analisadas lista dos artigos franceses importados pelo Estado de São Paulo, como enquetes e cartas sobre o comércio francês com o Brasil – constantes no material compulsado pelo Consulado da França em São Paulo e pelo Ministério do Comércio francês; de outro lado, a autora se vale de livros de memória, de literatura e de crônicas do período, como artigos de jornais e diários pessoais, em suma, fontes qualitativas que retratavam o perfil do consumo das elites e das classes trabalhadores de São Paulo. Conforme esse material primário revela, tornar-se possível afirmar que a elite paulista de fins do século XIX civiliza-se não somente pelas ideias, mas também pelo padrão de consumo que a legitima. E, ainda, ao definir esse padrão de consumo como *habitus* assimilados pela sociedade, o mercado extrapola sua função de intermediário entre produção e consumo, pois materializando um estilo de vida das elites, também direciona um novo padrão de produção (Oliveira, 2014, p.192).

² Cf. OLIVEIRA, Milena Fernandes. *O mercado do prestígio-consumo, capitalismo e modernidade na São Paulo da Belle Époque (1890-1914)*. São Paulo: Alameda, 2014.

Afinal, se as décadas derradeiras do século XIX marcaram, no bojo do processo de Segunda Revolução Industrial, a massificação do consumo na esfera produtiva, também viabilizaram novas formas de disseminação do consumo. Os *grands magasins* e a crescente publicação de catálogos de produtos, conforme a perspectiva de Baudrillard (1970), são evidências para Milena de que o consumo se transformava de uma sociedade da escassez para uma sociedade da abundância. A revolução dos transportes, mediante a construção de estradas de ferro e a ampliação da navegação a vapor, generalizou esse padrão tipicamente europeu de comercialização para as elites periféricas, criando novas necessidades que, na medida do possível, seriam absorvidas pela esfera da produção.

Desta forma, também é possível pensar que o mundo do consumo confere novo sentido ao processo de crescimento industrial existente no período do presente estudo (1890-1915). São exaustivas as pesquisas sobre as condições para a expansão industrial de São Paulo na Primeira República, com trabalhos clássicos como de Warren Dean, Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Wilson Suzigan, entre tantos outros. Tais trabalhos lançam luzes sobre os atores por de trás das nascentes indústrias, considerando o papel dos imigrantes e dos fazendeiros neste processo; avaliam a dinâmica da economia cafeeira na formação da indústria, fosse como mecanismo de fomento via elevação da renda do mercado interno e das rendas de importação, fosse como barreira ao absorver a mão-de-obra e os recursos para as produções agrícolas em detrimento das fábricas; analisam os efeitos dos períodos de “choques adversos” no estímulo à industrialização; e, ainda, tecem considerações sobre as políticas governamentais e seus efeitos nos investimentos realizados pelos empresários industriais.

A análise presente no artigo de Milena desvela outro determinante na origem dessa indústria periférica. Para a autora, “Consumo e produção capitalistas são necessariamente complementares e contraditórios: a toda massificação que se processa na esfera da produção corresponde uma generalização de padrões, que se manifesta na esfera do consumo. A essa generalização logo se contrapõe uma diferenciação, que cria novas necessidades, novos artigos ou novos modelos” (Oliveira, 2014, p.181). Isto é, a disseminação de um padrão de consumo importado pela elite gera o próprio mecanismo de generalização desse tipo de estilo de vida, fazendo com que o consumo da elite, que é economicamente restrito, pudesse ter seus próprios mecanismos de difusão para outras camadas da população.

Assim, na periferia “as possibilidades de origem da indústria a partir do comércio são muitas e multiplicam-se em razão do seu caráter tardio” (Oliveira, 2014, p.206). Ao considerar o processo de construção do capitalismo no Brasil tardio em comparação aos países industrializados, o espectro das possibilidades de consumo se amplia em comparação aos países centrais, em função da própria estrutura desigual existente na sociedade periférica. Desta forma, a função da produção industrial nos países centrais volta-se para atender ao seu próprio mercado, numa articulação mais direta entre consumo e produção industrial. No Brasil, por outro lado, “foram vários os caminhos que tornaram possível a dinâmica de generalização do consumo na São Paulo da belle époque” (Oliveira, 2014, p.188).

Conforme defende a autora, as camadas médias emergentes encontram vias para absorver o consumo pertencente aos estratos da hegemonia social, consumindo produtos nacionais ou falsificados e, apenas quando possível, via ascensão social, tendo

acesso ao consumo de produtos importados (Oliveira, 2014, p.180). Em suma, no artigo Milena de Oliveira enfatiza fundamentalmente duas formas de mimese utilizadas pelas classes trabalhadoras aos padrões de consumo importados pela elite paulista: a imitação, típica da industrialização atrasada, e a falsificação (Oliveira, 2014, p.188).

Como imitação o artigo apresenta o interessante caso da “invasão” das máquinas de costura Singer no país entre 1888, ano da permissão de funcionamento da primeira fábrica no Brasil, e 1905, quando a empresa obtém o registro definitivo de operação no país. Nesse momento os jornais já anunciavam máquinas para “quase todos os bolsos” que, associadas a difusão dos catálogos dos *magasis* parisienses, permitia que as mulheres da classe média de São Paulo se vestissem como as mais finas senhoras de uma elite internacional. Se esse processo pode ser realizado por iniciativas individuais, também seria aproveitado por empresários nacionais que buscariam reproduzir o consumo das elites com produtos voltados ao consumo dos trabalhadores, adaptando produtos como luvas, chapéus, cerâmicas e vidros para os gostos e bolsos de quem não podia importar tais artigos. No que diz respeito ao processo de falsificação, por outro lado, este expressa uma dimensão material em função da extrema concentração da renda na sociedade paulista, como também, reforça a dimensão social de distinção pelo consumo. O Ministro do Comércio Exterior da França e os cônsules franceses no Brasil chamavam atenção para a falsificação presente nas indústrias nascentes brasileiras, que associada às tarifas aduaneiras, vinha impactando negativamente no comércio exterior francês.

As evidências apresentadas por Milena recolocam os desafios na construção do capitalismo periférico. As possibilidades de desenvolvimento industrial via disseminação da cultura do consumo, seja na imitação ou falsificação de produtos voltados aos trabalhadores e as classes médias, como na mimese dos padrões de consumo das elites, certamente marcaram avanços produtivos e contradições sociais no desenvolvimento econômico. Em certo sentido, o artigo recoloca a leitura de Celso Furtado sobre o perfil da indústria brasileira, quando o autor afirmar que: “Nos casos em que esse excedente foi parcialmente apropriado do interior, seu principal destino consistiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas”.³ Todavia, é preciso dizer que Milena, diferentemente de Celso Furtado, recua até a Primeira República para mostrar como, apesar do traço de distinção existente nas elites nacionais que reforça a desigualdade social, o consumo foi também um fator de estímulo para a emergência da indústria nacional.

Em suma, o artigo “Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915)” pode ser encarado como uma dupla contribuição: em primeiro

³ Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 78. Em obra anterior, Furtado já defendia que: “na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos – processo que é facilitado pela posição dominante das firmas internacionais na introdução de novos produtos e na direção da propaganda – os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão”. Celso Furtado. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.31.

lugar pelo seu diálogo com temas e teses clássicas de nossa historiografia, um revistar dos debates não somente sobre a origem da indústria brasileira, mas especialmente, sobre o caráter dessa indústria por meio de importantes evidências históricas. Em segundo lugar, pela bem-sucedida análise das estruturas da vida material e dos desejos dessa sociedade expressos pela reprodução dos padrões de consumo estrangeiros, fosse mediante a importação dos produtos originais, fosse da aquisição via imitação ou falsificação.

Em tempos de massificação do consumo, como vivenciado pela economia brasileira no início do século XXI, a análise do crescimento econômico via difusão de modernos estilos de vida mostra-se fundamental. O estudo da estrutura produtiva *versus* estrutura de consumo da população pode ser reveladora tanto para compreendermos as possibilidades abertas por esse processo de difusão dos modernos padrões de consumo do capitalismo moderno, como especialmente por seus limites, numa reprodução de modelos inadequados para realidades econômicas e culturais diversas.

Referências:

- Celso Furtado. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- Jean Baudrillard. *La société de consommation: ses mythes, ses structures*. Paris: Denoël, 1970.
- Milena Fernandes de Oliveira. “Cultura de consumo e indústria na São Paulo da belle époque (1890-1915)”. *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 17, nº 1 (2014), 177-208.

Release

Marco Antônio Brandão. Estratégias de mobilidade de imigrantes e seus descendentes por meio do setor coureiro-calçadista da cidade de Franca (SP): um diálogo com a literatura acadêmica. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 1, 2014.⁴

Os resultados do artigo em questão fizeram parte de uma pesquisa de Pós-Doutorado financiada pela Fapesp (Proc. 2011/09942-3) e se referem ao processo de formação do empresariado do polo coureiro-calçadista da cidade de Franca/SP (1900-1960). Os dados empíricos apresentados informam ter sido a matriz social desse empresariado, em grande parte, formada por indivíduos pobres de origem imigrante (estrangeiros ou descendentes).

O leitor não familiarizado com a literatura acadêmica sobre a industrialização da cidade de São Paulo, certamente, não verá nada de mais em nossas conclusões, ou seja, elas mostram as peculiaridades de uma localidade, onde trabalhadores humildes encontraram oportunidades de ascender socialmente à condição de pequenos industriais (daquele que foi o segundo polo calçadista mais importante do Brasil, nas décadas finais do século XX). No entanto, essa particularidade choca-se com o estereótipo do industrial criado pelos estudiosos da capital paulistana. Na conclusão destes, a indústria já surge de grande porte e seus proprietários foram pessoas abastadas, tanto estrangeiras, quanto representantes da elite econômica cafeeira. Além do mais, isso reforça as interpretações pessimistas quanto à mobilidade social de imigrantes pobres, ao relegar a estes um papel economicamente estagnado como o de colono nas fazendas ou o de operário nas indústrias.

Esses estereótipos (industrial abastado e imigrante pobre) tornaram-se tão enraizados nos estudos sobre industrialização e imigração no Estado de São Paulo que, para muitos contextos interioranos, foram reproduzidos sem se levarem em conta as minúcias, os detalhes ou aquilo que fazia das economias dessas localidades uma realidade única.

Nossos resultados, obtidos majoritariamente por meio de documentação serial, apontaram que, aproximadamente, metade dos proprietários dos 279 estabelecimentos industriais do setor coureiro-calçadista, existente entre 1900 a 1960, era de origem

⁴ Link do artigo:

<http://www.revistaabpfe.uff.br/index.php?journal=rabpfe&page=article&op=view&path%5B%5D=328>

estrangeira. Somados aos brasileiros, 144 casaram-se no município; destes, 68% declararam uma profissão caracteristicamente exercida por trabalhadores. Com base no estudo de inventários *post-mortem* de 102 indivíduos, mostramos terem sido poucos os bens acumulados por estes ao longo de suas vidas. Ao final, comparamos a riqueza construída pelo empresário de Franca com a de seu congênere paulistano de 1907; para isso, convertimos para moeda estrangeira os bens dos mais ricos e aferimos quanto em sacas de café essas pessoas compraram. A soma do patrimônio de 23 empresários era suficiente para comprar um pouco mais da metade daquilo que um empresário da cidade de São Paulo comprava no início do século XX.

No mesmo período, porém em contextos distintos, processou-se o surgimento do empresariado industrial. No entanto, as especificidades de cada economia fizeram com que esse ator histórico tivesse duas matrizes sociais completamente distintas.

Marco Antônio Brandão

Pós-Doutor pela UNESP-Franca.

E-mail: maranbrand@yahoo.com.br

Resenha

Café, imigrantes e indústria no interior paulista: novas questões?

Rodrigo Fontanari

Doutorando em História Econômica FFLCH/USP - Bolsista CNPq.

O artigo de Marco Antonio Brandão, denominado “Estratégias de mobilidade de imigrantes e seus descendentes por meio do setor coureiro-calçadista da cidade de Franca (SP): um diálogo com a literatura acadêmica”, integrante do volume 17, da edição *História Econômica & História de Empresas*, versa sobre um tema destacado no campo da história econômica: o da industrialização no Estado de São Paulo. Aborda o assunto sob o prisma das cidades do interior paulista, jogando luz especificamente ao caso de Franca, no nordeste do Estado. Nesse estudo, busca elucidar o papel dos imigrantes pobres na expansão da indústria coureiro-calçadista, colocando-os como atores principais desse processo de transformação.

A pesquisa apresentada por Brandão procura desmistificar certa “pré-concepção em relação à formação da classe empresarial do setor coureiro-calçadista no município de Franca” (Brandão, 2014, p.209), e ressalta o “fato de imigrantes e seus descendentes pobres terem tido uma participação considerável para a existência dessa classe” (Brandão, 2014, p.209). Desta maneira, o autor assegura que “a pequena indústria, muitas vezes, formada pelo emprego da mão de obra familiar e poucos operários, serviu como instrumento de mobilidade social para imigrantes pobres. Estes, ao contrário de uma ‘burguesia imigrante’, não possuíam muitos recursos econômicos, mas trouxeram consigo para o Brasil, algum tipo de *saber-fazer* (não possuídos pelos brasileiros pobres, escravos e ex-escravos)” (Brandão, 2014, p.217).

Diante do exposto, pensamos que algumas questões merecem ponderações. A primeira delas, originada da citação acima, pressupõe-se que somente os imigrantes pobres eram portadores de determinado tipo de *saber-fazer* que, no fundo, possibilitou sua ascensão social. Essa assertiva requer maiores cuidados, pois, por exemplo, o escravo também era portador de conhecimentos, ou seja, tinha seu *saber-fazer*, sendo que muitos eram letrados e possuíam domínios contábeis, mas, mesmo assim, não alcançaram a propalada ascensão social⁵. Ainda nesse quesito, como explicar o caso de outras cidades do complexo cafeeiro paulista, que além de receberem levas de imigrantes pobres – com seus respectivos *saber-fazer* – também vivenciaram exponencial crescimento urbano, mas, nem por isso, transformaram-se em pólos industriais?

A segunda questão refere-se ao traço *revisionista* apresentado pelo artigo. Brandão navega pela literatura acadêmica separada em dois planos: um mais geral, acerca da industrialização no Brasil e na capital paulista; e, outro, mais específico, relativo aos estudos sobre a cidade de Franca. Após esse percurso assevera que, da literatura mais geral, pode-se depreender um modelo no qual o empresariado teve como matriz uma classe endinheirada, formada por cafeicultores e por imigrantes; e, quanto aos estudos específicos, assinala que “este modelo de industrialização se

⁵ A respeito de escravos maometanos: “Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos [...]” (Freyre, 2006, p.390-391).

difundiu pelo interior do estado, mediante outras pesquisas, ligando a nova classe dos industriais a setores enriquecidos nacionais e estrangeiros”.

Contudo, não descartando as contribuições dadas por Brandão ao tema, pensamos haver certo exagero nesse *reversionismo*. As interpretações do processo industrial brasileiro ressaltaram o papel dos fazendeiros de café e dos imigrantes ricos, principalmente na capital paulista. Isso não significa que vedaram a participação dos imigrantes sem pecúlio nessa empreitada, sendo isso mais uma questão de enfoque, do que de “pré-conceito”; uma vez que enfatizaram aqueles setores sociais com maior capital acumulado e investido.

Ademais, esse assunto da projeção social do imigrante não deixou de ser tratado pelos chamados “clássicos” do pensamento social brasileiro. Para Florestan Fernandes, por exemplo, mesmo que o imigrante sem pecúlio transplantasse algum conhecimento técnico do país de origem, para tirar benefício dele, seria necessário tempo para acumular capital, ainda mais em uma sociedade hierarquizada como a brasileira (Fernandes, 2006, 158).

Nessa análise, ainda, coube ao imigrante pobre um lugar de destaque na consolidação do capitalismo no Brasil, uma vez que “fazia parte de sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária” (Fernandes, 2006, p.156). Outra forma de acumular riqueza utilizada pelos imigrantes foi através do trabalho vendido e do sobre trabalho poupado, por meio da qual “atingido certo patamar de êxito o imigrante se via impulsionado a recomeçar o processo em níveis mais complexos (sob condições de contrato mais vantajosas, abandonando a condição de trabalhador, tentando modalidades acessíveis de mascateação ou de pequeno comércio e de produção artesanal, comercial etc.). [...] Se a aventura esboçada desse certo, da mascateação e do pequeno comércio o imigrante poderia passar para formas mais complexas de comercialização ou, mesmo para a produção de bens de consumo; da mesma maneira, da produção artesanal comercial poderia evoluir para o comércio a varejo ou atacadista e para a produção industrial” (Fernandes, 2006, p.159-160).

Brandão também tece críticas à literatura acadêmica de caráter mais local, referendando que ela não priorizou os imigrantes pobres no processo de industrialização de Franca. Contudo, basta uma olhada mais atenta ao trabalho de Pedro Tosi para vermos que os donos de fábricas “foram operários que, temporariamente, tornaram-se empreendedores; parece que os mais bem-sucedidos eram Avellar, os Maniglea e Spessoto” (Tosi, 2002, p.203).

O estudo de caso feito por Tosi revela que as empresas do setor coureiro-calçadista de Franca estiveram ligadas, no início, a peculiaridades locais do capital cafeeiro. Contudo, com as falências houve a possibilidade de vários empregados, principalmente dos setores comerciais e de gerência, constituírem-se em patrões, via montagem de pequenas firmas derivadas do desmonte daquela. Isso não impediu, em momento algum, a montagem de pequenas empresas ou a possibilidade de imigrantes com pequenos capitais se tornarem empresários. Aliás, Tosi afirma que “isso efetivamente aconteceu, mas em circunstâncias tais que exigem mediações para a sua efetiva compreensão” (Tosi, 2002, p.231).

Por último, vale frisar a existência de uma possível incongruência na conceituação e na classificação dos dados. Este equívoco pode trazer sérios problemas a respeito das séries e dos gráficos elaborados. O trabalho, a despeito de se fundamentar

em volumosa coleta de material empírico, junto aos Livros de Registros de Firmas, inventários *post mortem* e Proclamas de Casamento, de 1900 a 1960, pode ter cometido um deslize na classificação de dois segmentos – denominados de *trabalhadores* e de *profissão elevada* – embaraçando as conclusões apontadas.

Vejamos essa questão mais de perto. Brandão criou duas classificações: à “de ‘trabalhadores’ para os indivíduos executores de trabalho manual, assalariados e pouco valorizados socialmente, e a de ‘profissão elevada’, para aqueles cujas atividades possuíam um status e remuneração mais elevados, além do fato de serem atividades de alto e médio conteúdo intelectual” (Brandão, 2014, p.230). Para o autor a origem do empresariado do setor coureiro-calçadista de Franca esteve ligada ao segmento classificado como *trabalhadores*.

Contudo, no grupo dos *trabalhadores* temos: “alfaiate, artista, barbeiro, chofer, *comerciário*, *comércio*, cortador de calçados, empregado do comércio, funcionário da Cia. Francana de Eletricidade, *industrial*, *lavrador*, marceneiro, mecânico, operário, pedreiro, professor normalista, sapateiro, seleiro, viajante” [grifos nosso] (Brandão, 2014, p.230). No grupo classificado de *profissão elevada* temos: “advogado, bancário, cirurgião dentista, comerciante, contador, farmacêutico, guarda-livros, industrial, *negociante*” [grifo nosso] (Brandão, 2014, p.230).

Entretanto, basta consultar qualquer almanaque ou jornal do período em tela para ver o quanto era tênue a diferença da classificação entre *comerciário*, *comércio* e *negociante*. Ainda, nos livros de registro hipotecas e nos de penhores, era muito comum um mesmo sujeito ser classificado ora como negociante, ora como comerciante. Assim, que critério usou o autor ao colocar “comércio” no grupo dos *trabalhadores* e “negociante” no de *profissão elevada*?

E, o mais importante, pensamos ser o fato de se ter colocado aqueles chamados “lavradores” no grupo dos *trabalhadores*. É sabido que, à época, “lavrador” significava aqueles sujeitos ligados à posse terra, como os donos de sítios e fazendas, possuidores de 1.000 ou mesmo 100.000 pés de café.

Diante disso, ainda que discordemos da classificação proposta, pensamos que os *lavradores* ficariam melhor classificados se inseridos no grupo de *profissão elevada*, pois se vinculavam à propriedade da terra e às plantações de café. Destarte, seria necessário recorrer à nova quantificação dos dados, uma vez que há a possibilidade de serem os *lavradores*, ligados mais ao capital cafeeiro do que ao mundo do trabalho, o segmento social que esteve na base e na origem do empresariado coureiro-calçadista de Franca; sobretudo, se, nessa linha, o autor tivesse considerado os trabalhos de Rogério Naques Faleiros (2010) e de Rodrigo da Silva Teodoro (2006) para a localidade.

Ademais, é de se notar que o pretendido revisionismo esboçado pelo autor finca pé na interpretação a partir de denominações profissionais de época, a ponto de formar um elenco quantitativo de dimensão hercúlea, cujo objetivo é equacionar pessoas e profissões para descurar a suposta importância da contribuição do imigrante pobre que virou empresário.

Nesse viés, ele estabelece uma interpretação não mediada pela formação de capital e pela lógica de acumulação de capitais, de modo que, não reconhece que os capitais acumulados em um setor – o cafeeiro – foram colocados em função de outros, como as atividades urbanas e as indústrias, e, que, para isso acontecer, foi também

necessário aos atores sociais envolvidos compartilharem uma racionalidade intrínseca aos fins da acumulação da riqueza, e, não menos importante, estarem suficientemente preparados para tal tarefa.

Ao desconsiderar esses condicionantes da atividade econômica do homem vivendo em sociedade e exposto à crescente racionalização da vida, resta-lhe apenas cobrar da literatura acadêmica um olhar complacente para com os *imigrantes pobres*. De tal modo que, valores emanados da pessoa do pesquisador, ao gosto do tempo presente, podem ter comprometido a análise e o resultado da pesquisa. Havendo, por hora e a nosso ver, pouca novidade nas questões levantadas.

Referências:

- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café. Franca 1885-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2006.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da Indústria Coureiro-Calçadista. (1860-1945)*. Franca, SP: UNESP-FHDSS, 2002.

Release

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. “Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã”. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 1, 2014.⁶

No artigo “Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã”, busquei trazer à tona uma importante discussão em torno dos campos da ética e da objetividade na produção do conhecimento histórico. Tema pouco visitado pela historiografia brasileira recente, os debates a respeito de imperativos éticos na profissão histórica têm sido cada vez mais frequentes em discussões no campo da teoria e filosofia da história internacionais.

No texto em questão, optei por destrinchar as propostas e caminhos traçados por Gustav von Schmoller (1838-1917), historiador econômico tido por muitos como o mais importante representante da chamada (Nova) Escola Histórica Alemã de Economia. Intelectual de renome, Schmoller ficou conhecido por ter encampado inúmeras controvérsias em nome de suas posições epistemológicas no campo da história econômica. Tais contendas são mencionadas na primeira parte do artigo, onde em uma breve biografia, busquei situar a posição do autor face ao contexto sócio-político de sua época e às inúmeras posições intelectuais opostas que surgiram, sobretudo, em fins do século dezenove.

Uma melhor compreensão das posições de Schmoller e de seus contemporâneos não poderia deixar de considerar uma exposição mais minuciosa do contexto político-social alemão de fins do Oitocentos e início do século vinte. Esse é o objetivo da segunda parte do texto, quando opto por narrar a emergência das condições sócio-históricas que propiciaram o surgimento da noção de “responsabilidade social” entre os membros do assim chamado *Verein für Socialpolitik*, associação composta principalmente por economistas preocupados com o fenômeno da “industrialização” e das desigualdades sociais dela resultantes. Uma noção de ética própria aos membros do que ficou conhecido como a “Nova” Escola Histórica de Economia apenas pode ser entendida à luz dos escritos de nomes como Adolph Wagner e Lujo Brentano que, assim como Schmoller, mostravam-se cada vez mais preocupados em compreender – e solucionar – as profundas contradições sociais que caracterizavam a “era das massas” no recém fundado Império Alemão.

⁶ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=262>

A proposta de tais economistas seria cada vez mais criticada por posições divergentes tanto no âmbito teórico, quanto em termos políticos e acadêmicos. Tais seriam as posições de Carl Menger e Max Weber, por exemplo, que em momentos distintos discordariam de Schmoller e da Escola Histórica no que dizia respeito à sua análise empírica da realidade (a *Methodenstreit*, com Menger), e em sua percepção da objetividade na produção do conhecimento histórico (a *Werturteilstreit*, com Weber). Isso levaria o intelectual a uma melhor definição de suas posições teóricas e políticas, algo que é esmiuçado na terceira parte de meu artigo. Sobretudo no seu *Grundriß der allgemeinen Volkswirtschaftslehre* (com o primeiro volume publicado em 1900), Schmoller delineava as bases de uma compreensão histórica da realidade profundamente marcada pelas noções de ética e justiça social.

O “dever ser” na análise histórica schmolleriana era pautado por uma noção empírica da moral que quando espelhada em um recorde individual da realidade permitiria ao cientista social estabelecer uma espécie de teleologia holístico-metodológica, capaz de esclarecer as tendências éticas de uma época em sua relação com as demandas valorativas do presente. A visão de Schmoller, todavia, longe de representar um isolamento intelectual, exprime uma posição bem definida entre os membros da tradição de pensamento histórico alemão que buscara redefinir as suas bases em recurso à hermenêutica compreensiva e à *Lebensphilosophie* de fins do século dezenove.

Esse tipo de debate é melhor esclarecido na quarta e última parte do artigo, quando opto por debater o posicionamento de intelectuais pertencentes às principais correntes filosóficas responsáveis por nortear a posterior discussão sobre a ética e a objetividade nas ciências da cultura, quais sejam, Wilhelm Dilthey e a filosofia neokantiana de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert. Ao definir o assumido débito de Schmoller para com a hermenêutica compreensiva de Dilthey, busquei finalmente aclarar as bases de um pensamento histórico que permitia ao autor exprimir uma posição bem definida face às discussões sobre a objetividade e a manutenção da ética na produção do conhecimento.

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha

Doutorando em História Social das Relações Políticas pela UFES

E-mail: marceloduraocunha@gmail.com

Resenha

Conhecimento e ética em Schmoller: contribuições para um debate

Luiz Felipe Bruzzi Curi

Doutorando em História Econômica – FFLCH/USP – Bolsista FAPESP.

O artigo procura recuperar o papel de Gustav Schmoller (1838-1917) no debate sobre a objetividade do conhecimento, no âmbito da historiografia econômica alemã, na segunda metade do século XIX. Trata-se de voltar a um debate por vezes considerado “vencido”. A ideia de neutralidade axiológica, presente na obra do filósofo neo-kantiano Heinrich Rickert (1863-1936) e do sociólogo Max Weber (1864-1920), poderia ser considerada, a partir de um certo ponto de vista, como mais sensata e politicamente mais responsável do que a ética científica ligada ao nacionalismo alemão. Esse tipo de ética foi criticado por Weber em intelectuais cujos posicionamentos foram associados aos ideais imperialistas e belicistas do Império Alemão, no contexto das disputas que culminaram com a Primeira Guerra Mundial. No entanto, como argumenta Marcelo D. Rodrigues da Cunha, a neutralidade axiológica do conhecimento histórico foi sendo envolta num invólucro de ingenuidade, à medida que transcorreu o século XX: como sustentar a isenção de valores em narrativas, pós-Segunda Guerra Mundial, que traziam à tona o sofrimento de milhões de pessoas? Faz-se necessário, pois, voltar às origens das ideias que questionaram essa isenção valorativa da produção historiográfica. É essa a motivação do presente artigo, que traz à baila a concepção que Schmoller tinha do conhecimento histórico, influenciada pelas ideias do filósofo e psicólogo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911).

O artigo se desenvolve a partir de uma recapitulação da trajetória biográfica e intelectual de Schmoller, destacando sua formação em ciências cameralísticas, sua participação ativa na fundação do *Verein für Sozialpolitik* em 1873 (Associação para Política Social) e sua prestigiosa carreira acadêmica, que culminou com a entrada na Universidade de Berlim, em 1882. Nas palavras de Cunha, “o autor alemão esforçava-se por centrar boa parte de sua argumentação teórica em uma base ético-moral” (p. 52). Nesse sentido, sua atuação como teórico e intelectual articulava-se ao seu posicionamento político em favor de um Estado socialmente ativo – tal defesa atraía o apoio de políticos e colegas de profissão, contribuindo para que Schmoller fosse visto como o principal porta-voz da chamada “jovem” Escola Histórica Alemã de economia.

Marcelo Cunha recupera a vinculação entre a emergência desta linhagem de pensamento e o rápido e intenso processo de modernização pelo qual passou a sociedade alemã nas últimas décadas do século XIX, sobretudo após a fundação do

Reich em 1871. O inchaço urbano, a massificação do ensino e a presença, cada vez mais perceptível, de uma classe baixa com reivindicações próprias – todos esses fatores contribuíam para que se tornasse central, aos olhos da elite intelectual, a problemática de como conciliar os interesses dos estratos da antiga ordem social com os do proletariado em ascensão. Disso resultou um “tipo de observação do real” a partir de uma ética particular. Para sintetizar, nas palavras do autor: “para a geração de Wagner e Schmoller, a ética política estaria relacionada com as diretrizes sociais internas e a presença do Estado na solução de suas contradições intestinas.” (p. 61).

É nesse ambiente intelectual que Marcelo D. Rodrigues Cunha insere Schmoller, chamando atenção para as características de sua reflexão histórico-econômica. A evolução histórica das instituições (costumes, leis, moral) deveria ser, para Schmoller, o tema de uma ciência econômica que tivesse uma perspectiva dinâmica, de forma a “interpretar o fenômeno econômico não como estático e permanente, mas como vívido e em movimento” (p. 65). Nesse sentido, o conceito de teleologia ganha importância para Schmoller, pois permitiria estabelecer um sentido de totalidade na investigação social. Se uma sociedade possui um nível de consenso ético entre os indivíduos, podendo ser vista como uma entidade com seus próprios fins, o método teleológico permitiria discutir os meios para se atingirem esses fins. O conceito de teleologia contrasta com o de causalidade: não se trata de buscar causas e efeitos, mas de relacionar um fim (que, para Schmoller é ético, resultante do consenso social), a seus meios.

Por fim, Marcelo Cunha relaciona esse traço metodológico schmolleriano ao debate Rickert-Dilthey, salientando que Gustav Schmoller teria claras afinidades com o pensamento de Dilthey. O desdobramento de conceitos é complexo nessa parte do texto, mas, de forma bem resumida, pode-se dizer que Rickert buscava fazer uma separação entre valores e realidade. Na perspectiva rickertiana, o historiador, ao selecionar um fragmento da história e narrá-lo, estaria se referindo a valores, mas não emitiria, ele próprio, juízos de valor. Separados da realidade, os valores permaneceriam em posição transcendente, podendo eventualmente servir ao julgamento de ações humanas reais. Já Dilthey propunha uma ciência descritiva que articulasse os nexos estruturais da experiência humana. Para Dilthey, a razão operaria dentro dos limites do mundo vivido: uma experiência vivida não seria “apenas uma resposta a um estímulo cognitivo, mas uma tentativa de avaliar sua importância” (p. 71). Nesse sentido, estão juntas vivência (da realidade) e avaliação: a própria compreensão da realidade é valorativa. Dilthey buscava, portanto, um nexo entre o “ser” e o “dever ser” – esse nexo desembocaria numa ideia de eticidade: como realizar o “dever ser”, o fim íntimo do homem? Marcelo Cunha deixa entrever que essa questão fundamentava a *Volkswirtschaftslehre* (ciência da economia nacional) de Schmoller: estudar a economia

de uma sociedade significava perguntar-se sobre seu desenvolvimento histórico – e sobre os meios de se atingir os fins próprios a essa sociedade nacional.

Marcelo D. Rodrigues Cunha conseguiu articular dimensões importantes do pensamento de Schmoller: o seu pendor pela investigação histórica em economia é contextualizado do ponto de vista da história das ideias e, sobretudo, esclarece-se a fundamentação epistemológica dessa postura metodológica. Embora bem escrito – e aqui reside o único problema mais geral do texto – não se sabe, de antemão, que o autor deseja posicionar Schmoller claramente de “um lado” do debate sobre objetividade e valoração na produção do conhecimento. A falta de concisão por vezes dificulta a pronta compreensão da ideia de que, para Schmoller, a construção do conhecimento não poderia – e nem deveria – ser separada de uma dimensão valorativa, por mais que suas elaborações metodológicas, no todo, sejam mais complexas do que esse enunciado.

Um ponto que ficou a merecer desdobramento é a construção da narrativa do debate Rickert-Dilthey – e o questionamento começa pela própria ordem dos nomes dos contendores: primeiro Rickert, depois Dilthey. Da forma como está estruturado o texto, Rickert e os neo-kantianos aparecem como a narrativa primeira ou tradicional, a ser questionada/desafiada por Dilthey, que é seguido por Schmoller nesse caminho “questionador”. Ora, o próprio Marcelo Cunha afirma ser a posição de Dilthey “a mais influente no período” e, além disso, diz que seu texto é anterior ao de Rickert. É compreensível: a ordem da narrativa serve aos propósitos da argumentação – destacar o caráter específico e desafiador da obra de Schmoller –, mas talvez a estratégia, neste caso, tenha tornado a narrativa incongruente com informações apresentadas pelo próprio autor, tornando difícil aquilatar a importância de cada um dos debatedores no contexto da polêmica. A datação mais precisa das contribuições originais de Dilthey e Rickert – nenhum texto de Rickert figura como fonte impressa – poderia ter sido funcional neste ponto.

Os comentários críticos não diminuem os méritos do texto de Marcelo D. Rodrigues Cunha, que trouxe uma contribuição muito importante, ainda mais quando se leva em conta que foi feita em língua portuguesa, vertendo para a nossa leitura um debate de origem germânica, com amparo em ampla literatura internacional. O autor enfrenta, com rigor, uma discussão conceitual tão complexa, quanto fundamental para a construção do conhecimento em história e economia: qual a relação entre a produção do conhecimento e os juízos de valor emitidos pelo pesquisador? Qual o vínculo entre as experiências vividas na realidade e seu julgamento valorativo? Em suma, qual a relação entre ciência e ética? Sem dúvida, os encaminhamentos dados por Schmoller para essa questão, trazidos por Marcelo Cunha, fornecem balizas importantes para uma

discussão que é, por natureza, inconclusiva.

Dada a relevância dos temas tratados, as questões suscitadas pelo texto são múltiplas. Saliento duas, para concluir. A primeira se refere ao contexto intelectual alemão do século XIX. A Escola Histórica Alemã de economia reivindicou o rótulo de “histórica”, como uma forma de acercar-se do método da prestigiosa Escola de Jurisprudência Alemã, representada por juristas como Savigny e Eichhorn – o próprio Wilhelm Roscher mencionou esse vínculo o direito em seu *Grundriss* de 1843. Haveria algum entrecruzamento entre os debates epistemológicos feitos pelo economista-historiador Schmoller e as discussões no campo do direito na Alemanha oitocentista? E, por último, sobre a difusão da linhagem de pensamento tematizada aqui: é sabido que a Escola Histórica influenciou movimentos de pensamento econômico como o institucionalismo americano e o reformismo no Japão Meiji. Houve, nesses contextos externos, uma apropriação específica do debate metodológico alemão?

Release

Teresa Cristina de Novaes Marques. Eram os senhores de engenho caloteiros? Reflexões sobre o crédito e os direitos de propriedade no mundo luso. *História econômica & história de empresas*. Vol. 17, nº 1, 2014.⁷

Há um bom tempo estou intrigada com a questão da história da propriedade. Inicialmente, busquei apoio para compreender a propriedade no mundo moderno em reflexões teóricas de fundamento marxista, mas não me pareceram satisfatórias. Ao contrário, o tom denunciante dessa historiografia, a ressaltar o papel da propriedade privada na formação do capitalismo, acabava por se mostrar teleológico e pouco útil para compreender o modo como as sociedades tornam legítima a apropriação das coisas no mundo. Investi, então, em autores de filiação neoclássica, o que também não me ajudou a compreender o problema que estava diante de mim, que era a recuperação de créditos concedidos a proprietários de terra na segunda metade do século XVIII. Simplesmente, as definições neoclássicas de propriedade, como a que associa essa instituição social a um “feixe de contratos” não me pareceram suficientes para compreender o tema em perspectiva histórica. É certo que os credores por empréstimo, em situações em que há transferência de moeda ou mera concessão de crédito, detêm direitos de propriedade. Porém, pouco se fala a respeito disso na historiografia, a não ser para pré-julgar as sociedades latinas por sua pretensa falta de respeito aos direitos dos credores.

A partir de leituras de Antônio Hespanha, cheguei ao historiador do direito, Paolo Grossi, que me ofereceu as bases para pensar o assunto de modo historicamente correto (não anacrônico) e rico em possibilidades interpretativas. Claro que minhas reflexões sobre o tema sequer se aproximam da riqueza conceitual de Grossi e de sua erudição, mas creio ter satisfeito a minha curiosidade intelectual inicial, que vinha conduzindo o meu trabalho até então. Pareceu-me extremamente útil a proposta de Grossi de examinar as formas proprietárias pelo viés da antropologia, logo, como escolhas sociais inscritas na cultura. Para diferentes culturas haveria diferentes formas de apropriar as coisas do mundo, umas de modo coletivo, outras, de modo exclusivo e, ainda, haveria formas de apropriar que são revestidas de bens simbólicos, como o prestígio.

Solucionado o problema teórico, havia o desenho da pesquisa. Esta se desdobrou em três linhas de investigação: o modo como a historiografia lê as

⁷ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=259>

manifestações de contemporâneos sobre o comportamento dos devedores, especialmente os proprietários de terra. Segundo, as reflexões dos pensadores sobre a propriedade de terras e da moeda, e do modo como os homens públicos do mundo luso absorviam essa influência intelectual. Terceiro, as particularidades históricas da América portuguesa com a profusão da propriedade escrava, a forma de apropriação da terra, e a dinâmica do comércio atlântico. Nessa última linha, insere-se a pesquisa arquivística que fiz de processos judiciais relativos a dívidas de proprietários de terra em Pernambuco, ao final dos Setecentos. O que era passível de ser arrestado por credores a título de ressarcimento por dívidas? Safras, escravos, maquinário ou a terra? Ficou evidente que a transferência de propriedade da terra, de devedores para credores, não era considerada um ato juridicamente legítimo, restando aos litigantes disputar os bens móveis, passíveis de penhora. Essa constatação me levou a criticar a forma como a notória manifestação do desembargador J. Rodrigues de Brito, morador da Bahia, costuma ser lida pelos historiadores. Brito, que critica os senhores de engenho por serem perdulários e não pagarem seus credores, é tomado como sinal de mudança na forma de pensar a propriedade. A verdade é que o espírito crítico do desembargador não é acompanhado pela imensa maioria de seus contemporâneos e, muito menos, pelos homens responsáveis pela Justiça no mundo luso. Trata-se de uma voz isolada e a mudança na forma de pensar a propriedade da terra ainda demoraria a acontecer, nem por isso, seria inevitável.

Teresa Cristina de Novaes Marques

Professora do Departamento de História da UNB.

E-mail: tcnmarques@unb.br

Resenha

Crédito e propriedade no Brasil colonial: trajetórias e indagações

Bruno Aidar Costa

Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – UNIFAL-MG

Desde a década de 1970, a grande vaga de estudos sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico tem na questão dos direitos de propriedade um eixo central de análise. Impulsionada pela vertente neoinstitucionalista, as incursões dos seus historiadores ambicionam abranger séculos e, no caso latino-americano, alcançam o período colonial.

Contudo, se há o mérito da longa duração, não é raro encontrar a projeção das formas jurídicas e comportamentais da nossa própria época, tornando a economia de livre mercado o *telos* naturalizado das trajetórias institucionais do passado, na qual senhores feudais ou senhores de engenho atuam como empresários capitalistas racionais. O anacronismo, pecado mortal do historiador como dizia Lucien Febvre, faz aqui e ali suas vítimas, sem que muitos economistas retrospectivos se incomodem muito com a questão.

Por sua vez, também os historiadores do direito, especialmente na Áustria, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, passaram por revolução semelhante, mas em sentido oposto, recorrendo à valorização do legado jurídico medieval na análise das formas proprietárias e políticas do Antigo Regime. Nesse caso, a forma moderna da propriedade privada, caracterizada por um “individualismo possessivo” e pelo domínio absoluto do sujeito possuidor sobre o bem, seria o resultado complexo e, por vezes, incerto das diversas trajetórias que conduziram à crise da multiplicidade jurídica feudal. As resistências sociais, políticas e culturais ao poder ordenador do novo conceito de propriedade indicam um caminho bem menos linear do que o preconizado pela vertente neoinstitucionalista em história econômica.

No caso da economia colonial brasileira, os estudos sobre a questão dos direitos de propriedade são raros, circunscrevendo-se principalmente às pesquisas sobre as sesmarias. Se por um lado houve recentemente um amplo benefício da história política colonial pela influência da história renovada do direito, por outro, a história econômica colonial ainda é bastante distante de um diálogo aprofundado com tal vertente da história jurídica, adotando, quando muito, alguma perspectiva de cariz mais antropológico, como ocorre nos estudos sobre a “economia do dom”.

Pela escrita de uma história sensível ao contexto mental e jurídico da época, o artigo apresentado por Teresa Cristina de Novaes Marques busca realizar tal diálogo sobre um aspecto crucial e original para a compreensão das negociações e tensões entre a Coroa portuguesa, comerciantes e senhores de engenho: a questão da ausência da alienação da propriedade dos senhores de engenhos aos seus credores pela persistência de formas jurídicas que salvaguardavam o usufruto dos produtores.

Como aponta a autora, somente ao início do século XIX, pelas cartas do desembargador João Rodrigues de Brito, é que se percebe uma defesa clara da alienação da propriedade dos senhores, transferindo-a para os credores. Assim como Smith indicava a tendência natural dos seres humanos a barganhar, permutar e trocar no desenvolvimento do comércio, Brito também recorre à “natural indolência” dos senhores de engenho nas suas relações creditícias, indicando que os credores seriam proprietários “mais hábeis” em sua gestão. Comparado aos comentários do padre Antonil e do letrado Mendes, anteriores ao consulado pombalino e ao reformismo ilustrado, a proposta de Brito indica a novidade do conceito de propriedade envolvido, aspecto que talvez só fosse plenamente assimilado com a lei de hipotecas meio século depois, deitando poucas raízes no solo incerto da lei de terras.

Para além da questão do “calote” dos senhores de engenho, o artigo da autora indica a urgência de um estudo pormenorizado do contexto jurídico envolvido nas discussões sobre o crédito, não apenas no período colonial mas também no império, que conduzem a linha muito interessante para o estudo do desenvolvimento e das resistências à propriedade individual moderna.

Ademais, outro aspecto que merece ser ressaltado no artigo é a questão dos escravos como garantias aos empréstimos. Endivida-se para comprar escravos no tráfico transatlântico, para alimentar e vestir escravos e para se manter um consumo suntuário de uma sociedade escravista, mas as garantias dadas são os próprios escravos. São os escravos que fecham o circuito do crédito da América ao resto do império português e também os bens mais facilmente tomados aos senhores de engenho. A terra pouco vale em um quadro de ocupação furtiva e com fracos instrumentos jurídicos de garantia das sesmarias. No entanto, nas execuções, é a terra que se mantém ou se luta para manter nas mãos dos produtores, enquanto se vão os anéis.

Diretoria (2013-2015)

Presidente: Angelo Alves Carrara

Vice-Presidente: Alexandre Macchione Saes

Primeiro Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi

Segundo Secretário: Felipe Pereira Loureiro

Primeiro Tesoureiro: Afonso Alencastro de Graça Filho

Segundo Tesoureiro: Cláudia Tessari

Conselho de Representantes da ABPHE 2013 - 2015

Região Norte

1º Titular – Siméia de Nazeré Lopes

2º Titular – Fábio Carlos da Silva

Suplente

Região Sudeste

1º. Titular – Carlos Eduardo Suprinyak

2º. Titular – Rita de Cássia da Silva Almico

Suplente – Rogério Naques Faleiros

Região Centro-Oeste

1º Titular – Hamilton Afonso de Oliveira

2º Titular – Paulo Roberto Cimó de Queiroz

Suplente – Teresa C. de Novaes Marques

Região São Paulo

1º. Titular – Fábio Alexandre dos Santos

2º. Titular – Cláudia Heller

Suplente – Fábio Antonio Campos

Região Nordeste

1º. Titular – João Rodrigues Neto

2º. Titular – Ana Paula Sobreira Bezerra

Suplente

Região Sul

1º. Titular – Maria Heloisa Lenz

2º. Titular – Alcides Goularti Filho

Suplente – Ary César Minella

Revista História Econômica e História de Empresas

Comissão Executiva

Luiz Fernando Saraiva (editor) - UFF

Carlos Suprinyak – UFMG

Cláudia Tessari - UNIFESP

Marco Cavalieri -UFPR

Teresa Marques -UNB

